

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

### IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2025/27874</b>	<b>36257/2025</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Unidade Administrativa		
<b>DJ - [ENTRADAS]</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

### PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para que delibere submeter o **Projeto de Alteração à PARTE E - CAPÍTULO IV – Licenciamento do exercício da atividade de uso do fogo do CRMB a consulta pública**, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 101.º do CPA.

### DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



**ASSUNTO: Submissão do Projeto de Alteração à PARTE E - CAPÍTULO IV - Licenciamento do exercício da atividade de uso do fogo do CRMB**

## **PROPOSTA**

Considerando que:

1. Em 12/11/2024, a Câmara Municipal deliberou aprovar de início do procedimento da Alteração à PARTE E - CAPÍTULO IV - Licenciamento do exercício da atividade de uso do fogo do CRMB
2. Em cumprimento do disposto no artigo 98.º do CPA, foi publicitado, através do Aviso n.º AV/675/2024, no dia 18/11/2024, no sítio do Município de Braga, na internet, o início do procedimento administrativo relativo ao presente projeto de regulamento, para constituição dos interessados que entendessem apresentar os seus contributos no prazo de 10 dias;
3. No prazo estipulado para o efeito, não se verificou a constituição de quaisquer interessados. Nestes termos, concluída a fase inicial do procedimento regulamentar em referência (Publicitação do início do procedimento e participação procedimental, nos termos do artigo 98.º do CPA), cumpre, agora, uma vez que a natureza da matéria assim o justifica, submeter o Projeto de Alteração ao Regulamento de Organização e Funcionamento da Polícia Municipal a consulta pública, pelo período de 30 dias, para recolha de sugestões, procedendo-se, para esse efeito, à sua publicação na 2ª Série do Diário da República e no site institucional do Município, nos termos previstos no artigo 101.º do CPA.

Assim,

Em caso de concordância superior, propõe-se que seja **submetido a reunião do Executivo Municipal o Projeto de Alteração à PARTE E - CAPÍTULO IV - Licenciamento do exercício da atividade de uso do fogo do CRMB**, em anexo, para que a Câmara Municipal delibere submeter este projeto de regulamento a consulta pública, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 101.º do CPA.

A Jurista, gestora do procedimento,

Cláudia Dias

Anexos:

1. Projeto de alteração;
2. Nota justificativa e republicação.



**PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO**  
**AO**  
**CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA**

**Data:** 07/05/2025

**De:** DJ

REDAÇÃO ATUAL	PROPOSTA
<b>Artigo E-5/28.º</b> <b>Objeto e âmbito de aplicação</b> O presente Capítulo estabelece o quadro regulamentar de licenciamento de atividades cujo exercício implique o uso de fogo, nomeadamente, queimas, queimadas, fogueiras, fogo controlado e utilização de fogo de artifício, e outros artefactos pirotécnicos.	<b>Artigo E-5/28.º</b> <b>Objeto e âmbito de aplicação</b> 1- O presente Capítulo estabelece o quadro regulamentar de licenciamento de atividades cujo exercício implique o uso de fogo. 2- O uso do fogo em meio rural obedece a legislação específica, para a qual se remete.
<b>Artigo E-5/29.º</b> <b>Índice de risco temporal de incêndio florestal</b> 1 – O Índice de risco temporal de incêndio estabelece o risco diário de ocorrência de incêndio florestal, cujos níveis são: reduzido (1), moderado	<b>Artigo E-5/29.º</b> <b>Índice de risco temporal de incêndio florestal</b> <i>Regulado em legislação específica</i>



<p>(2), elevado (3), muito elevado (4) e máximo (5), conjugando a informação do índice de risco meteorológico produzido pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) com o estado de secura dos combustíveis e o histórico das ocorrências, entre outros.</p> <p>2 – O índice de risco temporal de incêndio é elaborado pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera, em articulação com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).</p> <p>3 – O índice de risco temporal de incêndio pode ser consultado em dias úteis no Gabinete Técnico Florestal da Câmara Municipal de Braga, ou, diariamente, através do site do Instituto Português do Mar e da Atmosfera - <a href="http://www.ipma.pt">http://www.ipma.pt</a> - no item risco de incêndio.</p>	
<p><b>Artigo E-5/30.º</b></p> <p><b>Proibições ao uso do fogo</b></p> <p>1 — Nos aglomerados populacionais e nas áreas edificadas consolidadas não é permitida a realização de queimadas.</p> <p>2 — Em todos os espaços rurais, sem prejuízo da legislação específica, durante o período crítico não é permitido:</p> <p>a) Realizar fogueiras para recreio ou lazer e para confeção de alimentos, bem como utilizar equipamentos de queima e de combustão destinados à iluminação ou à confeção de alimentos;</p> <p>b) Queimar matos cortados e amontoados e qualquer tipo de sobranes</p>	<p><b>Artigo E-5/30.º</b></p> <p><b>Proibições ao uso do fogo</b></p> <p><i>Regulado em legislação específica.</i></p>

Código de Verificação: 336G79MCOGTJ6EYGN663EEEWG8  
Verificação: <https://braga.balcaoelectronico.pt/>  
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona | Página 4 / 31



<p>de exploração;</p> <p>c) Realizar queimadas;</p> <p>d) Realizar fogo controlado;</p> <p>e) O lançamento de balões de mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes;</p> <p>f) Fumar ou fazer lume de qualquer natureza nas vias que delimitem ou atravessem os espaços florestais;</p> <p>g) Proceder a ações de fumigação ou desinfestação em apiários.</p> <p>3 — Fora do período crítico e desde que se verifique o índice de risco temporal de incêndio de níveis muito elevado e máximo, mantêm-se as restrições referidas no número anterior.</p> <p>4 — É proibida a queima de qualquer tipo de lixos e/ou outros resíduos que não de origem vegetal.</p>	
<p><b>Artigo E-5/31.º</b></p> <p><b>Regime de exceção</b></p> <p>1 — Excetua -se do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo anterior, quando em espaços não inseridos em zonas críticas, a confeção de alimentos, desde que realizada nos locais expressamente previstos para o efeito, nomeadamente nos parques de lazer e recreio e outros quando devidamente infraestruturados e identificados como tal.</p> <p>2 — Excetua-se do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo anterior, a</p>	<p><b>Artigo E-5/31.º</b></p> <p><b>Regime de exceção</b></p> <p><i>Regulado em legislação específica</i></p>

Código de Verificação: 336G79MCOGTJ6EYQ6663EEWGM  
Verificação: <https://braga.balcaoelectronico.pt/>  
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPública Gestiona | Página 5 / 31



queima de sobrantes de exploração decorrente de exigências fitossanitárias de cumprimento obrigatório, a qual deverá ser realizada com a presença de uma unidade de corpo de bombeiros ou uma equipa de sapadores florestais.

3 — Excetua-se do disposto na alínea g) do n.º 2 do artigo anterior, as ações de fumigação e desinfestação, quando os fumigadores estejam equipados com dispositivos de retenção de faúlhas.

4 — Em todos os espaços rurais, durante o período crítico, e fora deste quando se verifique o índice de risco temporal de incêndio de níveis muito elevado e máximo, a utilização de fogo de artifício ou de outros artefactos pirotécnicos que não os referidos na alínea e) do n.º 2 do artigo anterior, deverá ser objeto de autorização prévia, pela Câmara Municipal.

5 - A realização de fogo controlado pode decorrer durante o período crítico, desde que o índice temporal de incêndio florestal seja inferior ao nível elevado e desde que a ação seja autorizada pela Autoridade Nacional de Proteção Civil.

6 – Excetuam-se do disposto nas alíneas a) e b) do n.º 1 e n.º 2 do artigo E-5/30.º, as atividades desenvolvidas por membros das organizações definidas no n.º 3 do artigo 3º, da Lei n.º 23/2006, de 23 de julho.

7 – Excetua-se do disposto no n.º 5º, a realização de fogo de supressão

Código Validação: 336G79MCOGTJ6EYGN663EEEWGM  
Verificação: <https://braga.balcaoelectronico.pt/>  
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona |Página 6 / 31



decorrente das ações de combate aos incêndios florestais.	
<p><b>Artigo E-5/32.º</b></p> <p><b>Realização de queimas de sobrantes e fogueiras</b></p> <p>1 - No desenvolvimento da realização de queimas de sobrantes de exploração e de fogueiras e sem prejuízo do cumprimento dos procedimentos e metodologias legalmente tipificadas, deverão observar-se, rigorosamente, as seguintes regras de segurança:</p> <p>a) Avisar a GNR, com a devida antecedência;</p> <p>b) Limpar uma faixa de pelo menos 2 metros de largura para evitar o contacto entre o fogo e os combustíveis que não se desejam queimar;</p> <p>c) Escolher um dia húmido e sem vento;</p> <p>d) Ter em atenção o declive, pois material incandescente poderá libertar-se e rolar encosta abaixo provocando focos de incêndio;</p> <p>e) A queima onde se pretende destruir o material deve ser alimentada gradualmente, em pequenas quantidades, para evitar a produção de muito calor e uma elevada emissão de faúlhas;</p> <p>f) O responsável da queima deve manter uma vigilância permanente e cuidada. A emissão de faúlhas (via aérea) e o aquecimento dos combustíveis adjacentes ao lume são fatores que proporcionam a propagação do fogo;</p> <p>g) Deve ser prevista a utilização de utensílios de uso agrícola, que</p>	<p><b>Artigo E-5/32.º</b></p> <p><b>Realização de queimas de sobrantes e fogueiras</b></p> <p>1 - A queima de amontoados, incluindo a que decorra de exigências fitossanitárias de cumprimento obrigatório, depende de:</p> <p>a) Autorização da Câmara Municipal no período de 1 de junho a 31 de outubro, a apresentar através de plataforma eletrónica disponibilizada pelo ICNF, I. P., devendo esta definir o acompanhamento necessário para a sua concretização, tendo em conta a suscetibilidade ao fogo da área no dado momento;</p> <p>b) Mera comunicação prévia à Câmara Municipal, nos restantes períodos do ano através de plataforma eletrónica disponibilizada pelo ICNF, I. P..</p> <p>2 - O responsável pela queima de amontoados não pode abandonar o local durante o tempo em que a mesma decorre e até que se encontre devidamente apagada e garantida a sua efetiva extinção.</p> <p>3 - A queima de amontoados, sem autorização e sem o acompanhamento definido pela autarquia local, é considerada ato de fogo intencional.</p>

Código de Verificação: 336G70MCOGTJ6EY0G1WGM  
Verificação: https://braga.balcaoeletronico.pt/  
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublica em 31 de maio de 2024 às 17h30m



poderão ser usados na preparação do terreno e no controlo da queima;

h) Vigiar permanentemente a queima e ter água sempre à mão;

i) No final, assegurar que a queima fica bem apagada utilizando água e cobrindo as cinzas com terra, verificando que no local não permanece material incandescente;

j) Não se deverá efetuar qualquer tipo de uso de fogo por baixo de cabos elétricos de baixa, média ou alta tensão e de cabos telefónicos.

2 - O responsável pela realização da queima ou fogueira deve informar-se sobre o índice diário de risco temporal de incêndio.

3 - O responsável da queima nunca poderá abandonar o local durante o tempo em que esta decorra e até que a mesma seja devidamente apagada e que seja garantida a sua efetiva extinção.

4 - Após a realização da queima ou fogueira, o local ocupado deve apresentar-se limpo e sem quaisquer detritos suscetíveis de constituir um foco de incêndio e ou de insalubridade.

5 - O responsável pela execução da queima assume toda a responsabilidade perante as consequências inerentes ao seu descontrolo.

6 - Pode o Município licenciar as tradicionais fogueiras de Natal e dos santos populares, estabelecendo as condições para a sua efetivação e tendo em conta as precauções necessárias à segurança de pessoas e

Código de Verificação: 336G79MCOGTJ6EYGN663EEWGM  
Verificação: <https://braga.balcaoelectronico.pt/>  
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona | Página 8 / 31





bens.	
<p><b>Artigo E-5/33.º</b></p> <p><b>Realização de queimadas</b></p> <p>1 — Sem prejuízo do disposto nos n.os 1 a 3 do artigo E-5/30.º e da prévia obtenção da licença, as queimadas devem ser sempre realizadas com a presença de um técnico credenciado em fogo controlado ou, na sua ausência, de uma equipa de bombeiros ou de uma equipa de sapadores florestais.</p> <p>2 — A realização de queimadas deve obedecer às orientações emanadas pela Comissão Distrital de Defesa da Floresta contra Incêndios.</p> <p>3 — A realização de queimadas deve ser previamente licenciada pela Câmara Municipal ou Junta de Freguesia, se a esta for concedida delegação de competências.</p> <p>4 — A violação ao disposto no n.º 1 do presente artigo é considerada uso de fogo intencional.</p> <p>5 — No desenvolvimento da realização de queimadas e sem prejuízo do cumprimento dos procedimentos e metodologias legalmente tipificadas, deverão observar-se, rigorosamente, as seguintes regras de segurança:</p> <p>a) Avisar os Bombeiros e a Guarda Nacional Republicana da realização da queimada;</p> <p>b) Preparar previamente o perímetro da área a utilizar, para que o fogo</p>	<p><b>REVOGAR</b></p> <p><i>Regulado em legislação específica.</i></p>

Código de validação: 336G79MCOGTJ6EYGN663EEWGM  
Verificação: <https://braga.balcaoelectronico.pt/>  
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona | Página 9 / 31



<p>não transponha os limites de segurança previstos;</p> <p>c) Não iniciar a queimada sem a presença do técnico credenciado em fogo controlado ou, na sua ausência, de equipa de bombeiros ou equipa de sapadores florestais, e cumprir as suas instruções;</p> <p>d) Não iniciar a queimada se houver vento forte, ou condições climatéricas adversas;</p> <p>e) Manter vigilância ao local da queimada para controlar qualquer eventual fuga do fogo;</p> <p>f) Quando no local não estiver presente um piquete de bombeiros, deverão existir meios de primeira intervenção contra incêndios tais como: água, pás, enxadas, etc., suficientes para apagar o fogo em caso de emergência ou por ordem das forças policiais, fiscalização camarária ou bombeiros;</p> <p>g) Não deverão efetuar qualquer tipo de uso de fogo por baixo de cabos elétricos de baixa, média ou alta tensão e de cabos telefónicos.</p>	
<p><b>Artigo E-5/34.º</b></p> <p><b>Realização de fogo controlado</b></p> <p>1 - O fogo controlado só pode ser realizado de acordo com as normas técnicas e funcionais constantes do Regulamento do Fogo Técnico, homologado pelo Despacho n.º 7511/2014, de 9 de junho, do Secretário</p>	<p><b>Artigo E-5/34.º</b></p> <p><b>Realização de fogo controlado</b></p> <p><i>Regulado em legislação específica</i></p>

Código de Verificação: 336G70NMG0GTJ6EYGN683EEWGM  
Verificação: <https://braga.balcãoeletronico.pt/>  
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona | Página 10 / 31



<p>de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural.</p> <p>2 - As ações de fogo controlado só podem ser executadas sob orientação e responsabilidade de técnico credenciado para o efeito pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.</p> <p>3 - A realização de fogo controlado pode decorrer durante o período crítico, desde que o índice de risco temporal de incêndio florestal seja inferior ao nível de elevado e desde que a ação seja autorizada pela Autoridade Nacional de Proteção Civil.</p> <p>4 - Compete ao gabinete técnico florestal, o registo cartográfico anual de todas as ações de gestão de combustíveis, ao qual é associada a identificação da técnica utilizada e da entidade responsável pela sua execução, e que deve ser incluído no Plano Operacional Municipal (POM).</p>	
<p><b>Artigo E-5/35.º</b></p> <p><b>Utilização de fogo de artifício e outros artefactos pirotécnicos</b></p> <p>1 - Sem prejuízo do cumprimento dos procedimentos e metodologias legalmente tipificados, o lançamento e utilização de artefactos pirotécnicos deve ser efetuado em conformidade com o disposto nas alíneas seguintes:</p> <p>a) — O cumprimento das normas legais aplicáveis à utilização, transporte, armazenagem e guarda de artigos pirotécnicos é da exclusiva</p>	<p><b>Artigo E-5/35.º</b></p> <p><b>Utilização de fogo de artifício e outros artefactos pirotécnicos</b></p> <p><i>Regulado em legislação específica</i></p>

Código de Verificação: 336G79MCOGTJ6EYQWGM  
Verificação: <https://braga.balcaoelectronico.pt/>  
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona | Página 11 / 31



responsabilidade do responsável técnico e da empresa pirotécnica encarregada de efetuar o lançamento;

b) — A empresa pirotécnica deve possuir, no local da montagem, os meios técnicos e humanos necessários para proceder ao lançamento em segurança;

c) — Entre o local efetivo de lançamento de artefactos pirotécnicos e o local de posicionamento de artigos pirotécnicos em espera deve mediar, no sentido contrário ao do vento, uma distância mínima de 15 metros;

d) — Para cada utilização de artigos pirotécnicos deve estar estabelecida uma área de segurança, devidamente fechada, ou vedada por baias, cordas, cintas, fitas ou outro sistema similar, e ser suficiente vigiada pela entidade organizadora durante o lançamento;

e) — No caso simples do lançamento de artefactos pirotécnicos, nomeadamente em alvoradas e anúncios, não é necessário fechar ou vedar a respetiva área de segurança mas a mesma deve ser devidamente vigiada durante o lançamento;

f) — O limite da área de segurança é determinada em função do raio de segurança, sendo o mesmo correspondente à maior distância de segurança indicada pelo fabricante, relativamente aos diferentes tipos de artigos pirotécnicos a utilizar, mas nunca inferior aos mínimos

Código Validação: 336G79MCOGTJ6EYGN663EEEWGM  
Verificação: <https://braga.balcaoelectronico.pt/>  
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona |Página 12 / 31



estabelecidos pelo Departamento de Armas e Explosivos da PSP;

g) — Quando for expressamente solicitado à autoridade competente para autorizar o lançamento, cumulativamente pela entidade organizadora e pela empresa pirotécnica, as distâncias de segurança a estabelecer podem ser menores do que as indicadas, em função dos aspetos técnicos e de segurança particularmente justificados;

h) — A distância a edifícios, viaturas e obras de interesse público deve ser definida, conjuntamente, pela entidade organizadora, pelas diferentes autoridades competentes e pelo Corpo de Bombeiros local;

i) — Quando dentro da área de segurança existirem edifícios habitados, a entidade organizadora deve informar e prevenir a população aí residente, de forma adequada;

j) — Dentro da área de segurança deve estabelecer-se uma zona de lançamento a pelo menos 5 metros de distância de qualquer artigo pirotécnico, que será vedada e rigorosamente interdita ao público;

k) — Todos os lançamentos de artefactos pirotécnicos, incluindo os lançamentos simples de alvoradas e anúncios, devem ser realizados nos locais sujeitos a autorização pela Câmara Municipal.

2 — A entidade organizadora do espetáculo deve ter um plano de segurança e de emergência com o objetivo de prevenir a possibilidade de acidentes e minimizar os riscos contendo, no mínimo, as seguintes

Código Validação: 336G79MCOGTJ6EYGN663EEEWGM  
Verificação: <https://braga.balcaoelectronico.pt/>  
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona |Página 13 / 31



medidas:

- a) Proteção prevista para a zona de lançamento e área de segurança durante a realização do espetáculo;
- b) Meios materiais e humanos necessários ao cumprimento das medidas de segurança estabelecidas;
- c) Equipamentos de prevenção e combate a incêndios designados pela corporação de bombeiros local;
- d) Lista de serviços de emergência e demais agentes de proteção civil a chamar em caso de acidente;
- e) Recomendações ao público relativas à autoproteção em caso de acidente.

3 — A entidade organizadora deve indicar a pessoa responsável pelo cumprimento dos requisitos de segurança e de emergência.

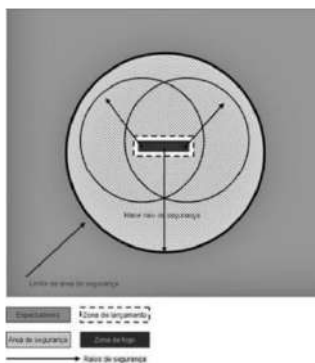
4 — O lançamento de artefactos pirotécnicos apenas poderá ser iniciado quando estiverem reunidas todas as condições de segurança estipuladas, designadamente a presença no local da equipa de bombeiros quando tal for exigido.

5 — Quando a velocidade do vento, na altura do lançamento, seja superior a 45 km/hora, este deve ser suspenso temporária ou definitivamente, por qualquer das entidades encarregues de zelar pela segurança do espetáculo.

Código Validação: 336G79MCOGTJ6EYGN663EEEWGM  
Verificação: <https://braga.balcaoelectronico.pt/>  
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona |Página 14 / 31



6 — Sem prejuízo do cumprimento do disposto nos números anteriores deverá cumprir-se o seguinte esquema relativo ao limite das áreas de segurança na utilização de artefactos pirotécnicos:



**Artigo E-5/36.º**

**Licença ou autorização prévia**

1 — A realização de fogueiras de Natal ou de Santos Populares e a realização de queimadas está sujeita a licenciamento prévio da Câmara Municipal.

2 — Carece de autorização prévia a utilização de fogo de artifício ou de outros artefactos pirotécnicos, durante o período crítico.

3 — As licenças são emitidas exclusivamente para as datas e horas

**Artigo E-5/36.º**

**Licença ou autorização prévia**

1 – A realização de fogueiras de Natal, de Santos Populares, isto é, de Santo António, S. Pedro, S. João, bem como a fogueira de S. Vicente, na freguesia de S. Vicente, está sujeita a licenciamento prévio da Câmara Municipal.

2 – As licenças são emitidas exclusivamente para as datas e horas constantes no requerimento nos termos das cláusulas seguintes.

<p>constantes no requerimento.</p> <p>4 — As situações que não carecem de licenciamento/autorização prévia da Câmara Municipal são a realização de queimas de sobranes de exploração e as fogueiras para confecção de alimentos, desde que realizadas em locais expressamente previstos para o efeito.</p> <p>5 – A realização de queimas de sobranes de exploração deve ser comunicada à Câmara Municipal, através de requerimento próprio disponível no site institucional.</p>	
<p><b>Artigo E-5/37.º</b></p> <p><b>Comunicação de realização de queimas</b></p> <p>A comunicação de realização de queima, é dirigida ao Presidente da Câmara Municipal, através de requerimento próprio.</p>	<p><b>Artigo E-5/37.º</b></p> <p><b>Comunicação de realização de queimas</b></p> <p>A comunicação de realização de queimas obedece ao disposto no Artigo E-5/32.º e é apresentada na plataforma eletrónica disponibilizada pelo ICNF, I. P.</p>
<p><b>Artigo E-5/38.º</b></p> <p><b>Pedido de licenciamento de fogueiras</b></p> <p>O pedido de licenciamento para a realização de fogueiras, é dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, com 15 dias úteis de antecedência, através de requerimento próprio, devendo este ser apresentado pelo responsável das festas ou representante da comissão de festas, quando exista.</p>	<p><b>Artigo E-5/38.º</b></p> <p><b>Pedido de licenciamento de fogueiras</b></p> <p>O pedido de licenciamento para a realização das fogueiras previstas no artigo E-5/36.º, é dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, com 15 dias úteis de antecedência, devendo este ser apresentado pelo responsável das festas ou representante da comissão de festas, quando exista.</p>





<p><b>Artigo E-5/39.º</b></p> <p><b>Instrução do licenciamento de fogueiras</b></p> <p>O pedido de licenciamento deve ser analisado pelo Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC), considerando, entre outros, os seguintes elementos:</p> <p>a) Informação meteorológica de base e previsões;</p> <p>b) Estrutura de ocupação do solo;</p> <p>c) Localização de infraestruturas.</p>	<p><b>Artigo E-5/39.º</b></p> <p><b>Instrução do licenciamento de fogueiras</b></p> <p>1. O pedido de licenciamento deve ser apresentado através de formulário próprio do Município de Braga, considerando, entre outros, os seguintes elementos:</p> <p>a) Informação meteorológica de base e previsões;</p> <p>b) Estrutura de ocupação do solo;</p> <p>c) Localização de infraestruturas.</p> <p>2. A licença a emitir fixa as condições que tenham sido definidas ou impostas no licenciamento.</p> <p>3. São motivos de indeferimento, designadamente os seguintes:</p> <p>a) O fundamento invocado ser julgado insuficiente ou inconveniente;</p> <p>b) O dia ou a hora serem considerados impróprios;</p> <p>c) O local não obedecer às prescrições legais em matéria de segurança contra incêndios;</p> <p>d) As quantidades e tipo de substâncias a queimar, serem consideradas exageradas ou não corresponderem às limitações legais;</p> <p>e) A impossibilidade da presença de um piquete de bombeiros, quando a isso seja obrigado pelo SMPC;</p> <p>f) A entrega do requerimento fora do prazo estabelecido no artigo E-5/38.º.</p>
<p><b>Artigo E-5/40.º</b></p>	<p><b>Artigo E-5/40.º</b></p>

Código de Verificação: 336209MCOGT12EFY0006633DMWGM  
Verificação: <https://braga.cm-braga.pt/balcao-unico>  
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublica



<p><b>Pedido de licenciamento de queimadas</b></p> <p>O pedido de licenciamento para a realização de queimadas é dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, com 15 dias úteis de antecedência, através de requerimento próprio.</p>	<p><b>Pedido de licenciamento de queimadas</b></p> <p><i>Regulado em legislação específica.</i></p>
<p><b>Artigo E-5/41.º</b></p> <p><b>Instrução do licenciamento de queimadas</b></p> <p>1 — O pedido de licenciamento deve ser analisado pelo Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC), no prazo de 5 dias úteis, considerando, entre outros, os seguintes elementos:</p> <p>a) Informação meteorológica de base e previsões;</p> <p>b) Estrutura de ocupação do solo;</p> <p>c) Estado de secura dos combustíveis;</p> <p>d) Localização de infraestruturas;</p> <p>e) Histórico das ocorrências.</p> <p>2 — O SMPC, sempre que necessário, pode solicitar informações e ou pareceres a outras entidades orgânicas da Câmara Municipal e/ou a entidades externas.</p>	<p><b>Artigo E-5/41.º</b></p> <p><b>Instrução do licenciamento de queimadas</b></p> <p><i>Regulado em legislação específica.</i></p>
<p><b>Artigo E-5/42.º</b></p> <p><b>Pedido de autorização prévia de lançamento de fogo de artifício</b></p> <p>O pedido de autorização prévia para o lançamento de fogo de artifício é dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, com 15 dias úteis de</p>	<p><b>Artigo E-5/42.º</b></p> <p><b>Pedido de autorização prévia de lançamento de fogo de artifício</b></p> <p><i>Regulado em legislação específica.</i></p>

Código Verificação: 33667909MCMQGTJ6EYGN663EEEWGM  
Verificação: <https://brasil.balcãoeletronico.pt/>  
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona | Página 18 / 31



antecedência, através de requerimento próprio.	
<p><b>Artigo E-5/43.º</b></p> <p><b>Instrução da autorização prévia de lançamento de fogo de artifício</b></p> <p>O pedido de autorização prévia para o lançamento de fogo de artifício é analisado pelo SMPC, considerando, entre outros, os seguintes elementos:</p> <p>a) Informação meteorológica de base e previsões;</p> <p>b) Estrutura de ocupação do solo;</p> <p>c) Estado de secura dos combustíveis;</p> <p>d) Localização de infraestruturas.</p>	<p><b>Artigo E-5/43.º</b></p> <p><b>Instrução da autorização prévia de lançamento de fogo de artifício</b></p> <p><i>Regulado em legislação específica.</i></p>
<p><b>Artigo E-5/44.º</b></p> <p><b>Emissão de autorização prévia de lançamento de fogo de artifício</b></p> <p>A entidade emissora da autorização prévia, a Câmara Municipal, fixará os condicionalismos relativos ao local, sendo o lançamento de artefactos pirotécnicos sujeito a licenciamento por parte da Autoridade Policial competente.</p>	<p><b>Artigo E-5/44.º</b></p> <p><b>Emissão de autorização prévia de lançamento de fogo de artifício</b></p> <p><i>Regulado em legislação específica.</i></p>
<p><b>Artigo E-5/45.º</b></p> <p><b>Emissão de Licença de lançamento de fogo de artifício</b></p> <p>1 — Após a emissão de autorização prévia pelo Município, o requerente dirigir-se-á à Entidade Policial da área de intervenção, onde será emitida</p>	<p><b>Artigo E-5/45.º</b></p> <p><b>Emissão de Licença de lançamento de fogo de artifício</b></p> <p><i>Regulado em legislação específica.</i></p>

Código de Verificação: 3390970N00GTJ6EYGN663EEEWGM  
Verificação: <https://braga.balcaoaleletronico.pt/>  
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestão



<p>a licença.</p> <p>2 — A concessão da autorização prévia para o lançamento de fogo de artifício depende do prévio conhecimento das corporações de bombeiros da respetiva área de intervenção, com vista à tomada das indispensáveis medidas de prevenção contra incêndios.</p> <p>3 — A emissão da autorização prévia de fogo de artifício ou de outros artefactos pirotécnicos encontra-se sujeita ao cumprimento das normas técnicas constantes da Secção III do presente Capítulo.</p>	
<p><b>Artigo E-5/46.º</b></p> <p><b>Emissão de licença de fogueiras</b></p> <p>A licença emitida fixará as condições que tenham sido definidas ou impostas no licenciamento.</p>	<p><b>Artigo E-5/46.º</b></p> <p><b>Emissão de licença de fogueiras</b></p> <p>Revogado.</p>
<p><b>Artigo E-5/47.º</b></p> <p><b>Motivos de indeferimento</b></p> <p>1 — São motivos de indeferimento, designadamente, os seguintes:</p> <p>a) O fundamento invocado ser julgado insuficiente ou inconveniente;</p> <p>b) O dia ou a hora serem considerados impróprios;</p> <p>c) O local não obedecer às prescrições legais em matéria de segurança contra incêndios;</p> <p>d) As quantidades e tipo de substâncias a queimar, serem consideradas</p>	<p><b>Artigo E-5/47.º</b></p> <p><b>Motivos de indeferimento</b></p> <p>Revogado</p>

Código de Verificação: 336G79MCOGTJ6EYGN663EEWGM  
Verificação: <https://braga.balcaoelectronico.pt/>  
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona |Página 20 / 31



<p>exageradas ou não corresponderem às limitações legais;</p> <p>e) A impossibilidade da presença de um piquete de bombeiros, quando a isso seja obrigado pelo SMPC;</p> <p>f) A entrega do requerimento fora do prazo estabelecido no presente Capítulo.</p>	
<p><b>Artigo E-5/48.º</b></p> <p><b>Precariedade das licenças e autorizações</b></p> <p>1 - As licenças e autorizações concedidas nos termos do presente Capítulo podem ser revogadas pelo Presidente da Câmara Municipal, a qualquer momento, mediante parecer do Serviço Municipal de Proteção Civil, a emitir em prazo a fixar em função da situação concreta.</p> <p>2 – São fundamentos de revogação, nos termos do número anterior:</p> <p>a. a deteção de risco superveniente à emissão da licença ou autorização prévia que obste ao desenvolver da atividade, designadamente de ordem meteorológica;</p> <p>b. a infração pelo requerente das regras estabelecidas para o exercício da atividade;</p> <p>c. a inaptidão do seu titular para o respetivo exercício.</p>	<p><b>Artigo E-5/48.º</b></p> <p><b>Precariedade das licenças e autorizações</b></p> <p>1 – As licenças e autorizações concedidas nos termos do presente Capítulo podem ser revogadas pelo Presidente da Câmara Municipal, a qualquer momento, mediante parecer dos serviços municipais, a emitir em prazo a fixar em função da situação concreta.</p> <p>2 – São fundamentos de revogação, nos termos do número anterior:</p> <p>a) A deteção de risco superveniente à emissão da licença ou autorização prévia que obste ao desenvolver da atividade, designadamente de ordem meteorológica;</p> <p>b) A infração pelo requerente das regras estabelecidas para o exercício da atividade;</p> <p>c) A inaptidão do seu titular para o respetivo exercício.</p>
<p><b>Artigo I/40.º</b></p> <p><b>Uso do Fogo</b></p> <p>1 – Sem prejuízo no disposto na legislação específica aplicável, as</p>	<p><b>Artigo I/40.º</b></p> <p><b>Uso do Fogo</b></p> <p>1 - Sem prejuízo no disposto na legislação específica aplicável, as infrações ao</p>



infrações ao disposto no capítulo IV, do Título E5, constituem contraordenações puníveis com coima, nos termos previstos nos números seguintes.

2 – Constituem contraordenações:

a) As infrações ao disposto sobre queimadas são puníveis com coima cujos valores, no caso de pessoa singular, vão desde € 140,00 a € 5 000.00 e tratando-se de pessoa coletiva de € 800.00 a € 60 000.00;

b) A realização, sem licença, das fogueiras de Natal e dos Santos Populares, punida com coima de € 30,00 a € 1 000,00, quando da atividade proibida resulte perigo de incêndio, e de € 30,00 a € 270,00, nos demais casos, tratando-se de pessoa singular ou coletiva;

c) As infrações ao disposto sobre queima de sobranes e realização de fogueiras, sobre pirotecnia e sobre apicultura, são puníveis com coima, cujo montante mínimo é de € 140,00 e o máximo de € 5 000,00 tratando-se de pessoa singular e tratando-se de pessoa coletiva o montante mínimo é de € 800.00 e o máximo é de € 60 000.00.

3 - A afetação do produto das coimas cobradas em aplicação das alíneas a), b) e c) do número anterior, faz-se da seguinte forma:

a) 10 % para a entidade que levantou o auto;

b) 90 % para a entidade que instruiu o processo e aplicou a coima.

disposto no capítulo IV, do Título E5, constituem contraordenações puníveis com coima, nos termos previstos nos números seguintes.

2 - Constituem contraordenações:

a) Realização de queimas e/ou fogueiras em períodos proibidos;

b) Não comunicação ou comunicação intempestiva da realização de queima ou foqueira;

c) Comunicação da queima ou fogueira com erros de localização.

3 - As contraordenações previstas no número anterior são puníveis com as seguintes coimas:

a) No caso da contraordenação prevista na alínea a) do número anterior, coima de valor entre:

i) (euro) 1 375 e (euro) 8 700, no caso de pessoas singulares; e

ii) (euro) 7 400 (euro) e (euro) 87 000, no caso de pessoas coletivas.

b) No caso das contraordenações previstas nas alíneas b) e c) do número anterior, coima de valor entre:

i) (euro) 370 (euro) e (euro) 75, no caso de pessoas singulares; e

ii) (euro) 740 (euro) e (euro) 1400, no caso de pessoas coletivas.

4 - A negligência é sempre punível, sendo os limites mínimos e máximos da respectiva coima reduzidos a metade.



--	--



## REVISÃO PARTE E – CAPÍTULO IV

### DO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA

#### NOTA JUSTIFICATIVA

O Código Regulamentar do Município de Braga (adiante CRMB), prevê e regula no CAPÍTULO IV que integra a PARTE E, a temática do “Licenciamento do exercício da atividade de uso do fogo”. Em face da sensibilidade e premência do assunto, constatou-se que as disposições que aí estavam consagradas se encontravam desajustadas, quer em razão da realidade que se constata, quer decorrente das alterações legislativas entretanto introduzidas, designadamente pelo Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, que criou o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais e estabeleceu as suas regras de funcionamento.

Mantendo este Município o propósito de se ajustar à atualidade que se lhe impõe, espelhando internamente as disposições normativas em conformidade com as necessidades do seu território, passa-se a fazer remissão para a legislação específica existente no que concerne ao uso do fogo em meio rural, bem como para outro que o venha a complementar ou substituir. Reservando-se apenas para a esfera regulamentar do município apenas as matérias carecidas dessa regulamentar.

Dispõe o artigo 99.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), que as notas justificativas dos projetos de regulamentos devem incluir uma ponderação dos custos e benefícios das medidas projetadas, por forma a assegurar o princípio da boa administração previsto no artigo 5.º do mesmo Código. Assim, deverão ser balanceados os custos desta alteração regulamentar por contraposição aos benefícios que daí poderão advir, com o intuito de aferir da racionalidade económico-financeira das medidas regulamentares formuladas.

Em termos práticos, os custos associados a esta alteração regulamentar são inexistentes, uma vez que não existe qualquer perda de receita associada, na medida em que a legislação específica existente já se sobrepunha, na prática e ao abrigo do princípio da hierarquia das leis, ao previsto no Código Regulamentar nesta matéria, o qual, na realidade tinha pouca aplicabilidade prática.

No que concerne aos benefícios, a presente alteração personaliza um instrumento de transparência legal, passando o Código a espelhar as disposições normativas que





efetivamente vigoram, contribuindo para uma clarificação e simplificação de normas e procedimentos, permitindo aos munícipes uma melhor compreensão dos procedimentos e regras vigentes. Ademais, foi igualmente revisto o quadro sancionatório para os eventuais incumprimentos, tendo o valor das coimas sido agravado, antevendo-se um hipotético aumento de receita nessa matéria. É consabido que o fogo descontrolado potencia graves consequências, mostrando-se necessário desincentivar a sua prática, para o que o aumento das balizas sancionatórias inevitavelmente contribuirá. Este aumento vai justificado na tendência de harmonização e uniformização de coimas aplicadas no Código Regulamentar do Município de Braga, bem como na esteira da estratégia nacional e internacional que tem sido adotada.

Assim, tendo presente a autonomia normativa das autarquias locais e o poder regulamentar que detêm, fundado na própria CRP (cf. artigos 112.º, n.º 7 e 241.º), e em cumprimento do estatuído nos n.ºs 2 e 3 do RFALEI, tendo em atenção as competências previstas nas alíneas c) e g) do n.º 1 e k) do n.º 2 do artigo 25.º e na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, todos do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado em anexo (Anexo I) à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e Código do Procedimento Administrativo (cf. artigo 98.º e seguintes), foi deliberado em reunião da Câmara Municipal, realizada em 12 de novembro de 2024 propor a revisão à parte E – Capítulo IV do Código Regulamentar do Município de Braga, tendo sido objeto de aprovação por parte da Assembleia Municipal em sessão tomada em ....., por proposta da Câmara Municipal, em reunião de \_\_\_\_\_ e cuja redação será a seguinte:

---

## **CAPÍTULO IV**

### **Licenciamento do exercício da atividade de uso do fogo**

---

---

## **SECÇÃO I**

### **Disposições Gerais**

---



## **Artigo E-5/28.º**

### **Objeto e âmbito de aplicação**

- 1- O presente Capítulo estabelece o quadro regulamentar de licenciamento de atividades cujo exercício implique o uso de fogo.
- 2- O uso do fogo em meio rural obedece a legislação específica, para a qual se remete.

## **Artigo E-5/29.º**

### **Índice de risco temporal de incêndio florestal**

*Regulado em legislação específica.*

---

## **SECÇÃO II**

### **Do Uso do Fogo**

---

## **Artigo E-5/30.º**

### **Proibições ao uso do fogo**

*Regulado em legislação específica.*

## **Artigo E-5/31.º**

### **Regime de exceção**

*Regulado em legislação específica.*

---

## **SECÇÃO III**

### **Regras de segurança**

---

## **Artigo E-5/32.º**

### **Realização de queimas de amontoados**



1 - A queima de amontoados, incluindo a que decorra de exigências fitossanitárias de cumprimento obrigatório, depende de:

a) Autorização da Câmara Municipal no período de 1 de junho a 31 de outubro, a apresentar através de plataforma eletrónica disponibilizada pelo ICNF, I. P., devendo esta definir o acompanhamento necessário para a sua concretização, tendo em conta a suscetibilidade ao fogo da área no dado momento;

b) Mera comunicação prévia à Câmara Municipal, nos restantes períodos do ano através de plataforma eletrónica disponibilizada pelo ICNF, I. P..

2 - O responsável pela queima de amontoados não pode abandonar o local durante o tempo em que a mesma decorre e até que se encontre devidamente apagada e garantida a sua efetiva extinção.

3 - A queima de amontoados, sem autorização e sem o acompanhamento definido pela autarquia local, é considerada uso de fogo intencional.

#### **Artigo E-5/33.º**

##### **Realização de queimadas**

*Regulado em legislação específica.*

#### **Artigo E-5/34.º**

##### **Realização de fogo controlado**

*Regulado em legislação específica.*

#### **Artigo E-5/35.º**

##### **Utilização de fogo-de-artifício e outros artefactos pirotécnicos**

*Regulado em legislação específica.*

---

### **SECÇÃO IV**

#### **Licenciamento do fogo em meio urbano**

---

#### **Artigo E-5/36.º**

##### **Licença ou autorização prévia**



1 – A realização de fogueiras de Natal, de Santos Populares, isto é, de Santo António, S. Pedro, S. João, bem como a fogueira de S. Vicente, na freguesia de S. Vicente, está sujeita a licenciamento prévio da Câmara Municipal.

2 – As licenças são emitidas exclusivamente para as datas e horas constantes no requerimento nos termos das cláusulas seguintes.

#### **Artigo E-5/37.º**

##### **Comunicação de realização de queimas**

A comunicação de realização de queimas obedece ao disposto no Artigo E-5/32.º e é apresentada na plataforma eletrónica disponibilizada pelo ICNF, I. P.

#### **Artigo E-5/38.º**

##### **Pedido de licenciamento de fogueiras**

O pedido de licenciamento para a realização das fogueiras previstas no artigo E-5/36.º, é dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, com 15 dias úteis de antecedência, devendo este ser apresentado pelo responsável das festas ou representante da comissão de festas, quando exista.

#### **Artigo E-5/39.º**

##### **Instrução do licenciamento de fogueiras**

1. O pedido de licenciamento deve ser apresentado através de formulário próprio do Município de Braga, considerando, entre outros, os seguintes elementos:

- a) Informação meteorológica de base e previsões;
- b) Estrutura de ocupação do solo;
- c) Localização de infraestruturas.

2. A licença a emitir fixa as condições que tenham sido definidas ou impostas no licenciamento.

3. São motivos de indeferimento, designadamente os seguintes:

- a) O fundamento invocado ser julgado insuficiente ou inconveniente;
- b) O dia ou a hora serem considerados impróprios;
- c) O local não obedecer às prescrições legais em matéria de segurança contra incêndios;
- d) As quantidades e tipo de substâncias a queimar, serem consideradas exageradas ou não corresponderem às limitações legais;



- e) A impossibilidade da presença de um piquete de bombeiros, quando a isso seja obrigado pelo SMPC;
- f) A entrega do requerimento fora do prazo estabelecido no artigo E-5/38.º.

#### **Artigo E-5/40.º**

##### **Pedido de licenciamento de queimadas**

*Regulado em legislação específica.*

#### **Artigo E-5/41.º**

##### **Instrução do licenciamento de queimadas**

*Regulado em legislação específica.*

#### **Artigo E-5/42.º**

##### **Pedido de autorização prévia de lançamento de fogo-de-artifício**

*Regulado em legislação específica.*

#### **Artigo E-5/43.º**

##### **Instrução da autorização prévia de lançamento de fogo-de-artifício**

*Regulado em legislação específica.*

#### **Artigo E-5/44.º**

##### **Emissão de autorização prévia de lançamento de fogo-de-artifício**

*Regulado em legislação específica.*

#### **Artigo E-5/45.º**

##### **Emissão de Licença de lançamento de fogo-de-artifício**

*Regulado em legislação específica.*

#### **Artigo E-5/46.º**

##### **Emissão de licença de fogueiras**

*Revogado.*



## **Artigo E-5/47.º**

### **Motivos de indeferimento**

*Revogado.*

## **Artigo E-5/48.º**

### **Precariedade das licenças e autorizações**

1 – As licenças e autorizações concedidas nos termos do presente Capítulo podem ser revogadas pelo Presidente da Câmara Municipal, a qualquer momento, mediante parecer dos serviços municipais, a emitir em prazo a fixar em função da situação concreta.

2 – São fundamentos de revogação, nos termos do número anterior:

- a) A deteção de risco superveniente à emissão da licença ou autorização prévia que obste ao desenvolver da atividade, designadamente de ordem meteorológica;
- b) A infração pelo requerente das regras estabelecidas para o exercício da atividade;
- c) A inaptidão do seu titular para o respetivo exercício.

---

## **PARTE I**

### **Fiscalização e sancionamento de infrações**

---

---

## **CAPÍTULO I**

### **Disposições gerais**

---

## **Artigo I/40.º**

### **Uso do Fogo**

1 - Sem prejuízo no disposto na legislação específica aplicável, as infrações ao disposto no capítulo IV, do Título E5, constituem contraordenações puníveis com coima, nos termos previstos nos números seguintes.



2 - Constituem contraordenações:

- a. Realização de queimas e/ou fogueiras em períodos proibidos;
- b. Não comunicação ou comunicação intempestiva da realização de queima ou fogueira;
- c. Comunicação da queima ou fogueira com erros de localização.

3 - As contraordenações previstas no número anterior são puníveis com as seguintes coimas:

a) No caso da contraordenação prevista na alínea a) do número anterior, coima de valor entre:

- i) (euro) 1 375 e (euro) 8 700, no caso de pessoas singulares; e
- ii) (euro) 7 400 (euro) e (euro) 87 000, no caso de pessoas coletivas.

b) No caso das contraordenações previstas nas alíneas b) e c) do número anterior, coima de valor entre:

- i) (euro) 370 (euro) e (euro) 1 375, no caso de pessoas singulares; e
- ii) (euro) 740 (euro) e (euro) 7 400, no caso de pessoas coletivas.

4 - A negligência é sempre punível, sendo os limites mínimos e máximos da respetiva coima reduzidos a metade.

